

Política

CONGRESSO

No plenário vazio, o deputado Jorge Uequed engrossou o coro dos protestos: "Somos apenas 30 aqui. Eu contei". Seu colega Osvaldo Bender avisou: "Sejamos responsáveis ou será tarde demais".

A gazeta continua. E revolta os assíduos.

"Omissos", "relapsos", "ausentes" — essas manifestações de protesto foram registradas na sessão matutina de ontem no Congresso, que não conseguiu quórum para votações. Na Câmara dos Deputados, além da ausência dos parlamentares, há outra ameaça ao "esforço concentrado": o PFL não aceita votar nada antes de ver aprovado o novo regimento interno da Casa, adaptado às novas disposições constitucionais.

O que mais revoltou os parlamentares presentes à sessão de ontem do Congresso foi a não votação de um voto presidencial pela primeira vez dentro das novas regras constitucionais. O deputado Mêndes Ribeiro (PMDB-RS) foi o primeiro a indignar-se contra o vazio do plenário, às 10h30. "Estou seriamente preocupado, não com o resultado das eleições, mas com o futuro desta Casa. Somos 30 no plenário. Eu contei", disse. Depois, foi a vez de Jorge Uequed (PMDB-RS): "A ausência de deputados e senadores é uma irresponsabilidade que coloca mal a Casa perante a Nação. Todos sabemos que a democracia tem inimigos e estes planejam, em primeiro lugar, fechar as Casas legislativas". Osvaldo Bender (PDS-RS) acrescentou: "Sejamos responsáveis ou será tarde demais".

Mêndes Ribeiro propôs a divulgação, pela Voz do Brasil, diariamente, das listas dos que comparecem ou não às sessões, para que o povo saiba quem são. Francisco Kuster (PSDB-SC) insistiu em que a mesa do Congresso fizesse chamada nominal para se saber quem não estava em plenário.

A Mesa decidiu colocar em votação o primeiro item da pauta, um voto presidencial ao projeto que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Era a primeira vez que se votava um voto sob as novas regras constitucionais, que tornaram possível a rejeição. Antes, o voto era automaticamente mantido se não votado dentro de 45 dias e só podia ser derrubado pelo voto de dois terços de cada Casa do Congresso, em votação pública (o governo ficava sabendo quem votava contra). Os vetos, assim, nem eram votados. Agora, não existe mais aprovação por decurso de prazo. E os vetos podem ser derrubados por maioria absoluta (metade mais um de cada Casa) e em votação secreta. Como era a primeira vez que se votava, houve confusão. Uma votação teve de ser interrompida porque os senadores estavam votando simultaneamente com os deputados. Depois se verificou falta de quórum.



A reunião dos líderes partidários: impasses.

Votaram 206 deputados, quando o mínimo exigido é de 244.

Na Câmara, à tarde, nada foi votado porque os relatores designados para dar parecer sobre as cinco proposições que constavam da ordem do dia pediram 48 horas para examiná-las.

Ameaças ao esforço

A decisão da liderança do PFL, de nada votar antes da aprovação do novo regimento interno, foi anunciada após reunião de líderes e pode comprometer as negociações para o esforço concentrado programado para a Casa. Essa decisão dos pefelistas pôs fim à

reunião de pouco mais de uma hora de todos os líderes partidários — que marcaram outra para hoje, às 11 horas — e deixou em aberto matérias consideradas urgentes, como o salário mínimo de dezembro, a lei de greve, a lei do inquilinato e o tabelamento de juros, entre outras.

André Dusek/AB